ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

DIREITO DIGITAL EM TRANSFORMAÇÃO

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Thamires Vieira Rodrigues Campos
Vamberth Soares De Sousa Lima
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O avanço constante das tecnologias digitais tem provocado mudanças profundas e irreversíveis no campo jurídico. Ferramentas como inteligência artificial e sistemas automatizados estão alterando significativamente a maneira como o Direito é compreendido e aplicado. Esse cenário impõe a necessidade de atualização de normas tradicionais e a formulação de novos marcos regulatórios. Conceitos como privacidade, proteção de dados, responsabilidade civil e ética profissional passam a ser reinterpretados sob a ótica das inovações tecnológicas. Além dos desafios legais, surgem questões éticas que envolvem a atuação de algoritmos em decisões judiciais e a transparência dos sistemas automatizados.

Objetivo

Este estudo visa analisar de forma aprofundada os efeitos das inovações tecnológicas no campo jurídico, com ênfase nos desafios que surgem em termos legislativos, éticos e práticos devido à adoção de tecnologias como inteligência artificial e automação. Busca entender como essas transformações influenciam a aplicação das normas jurídicas e o exercício da profissão jurídica.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada com base em uma abordagem exploratória. Foram investigados estudos acadêmicos, relatórios de instituições jurídicas, bem como legislações brasileiras e internacionais que tratam do impacto das novas tecnologias no Direito. A análise envolveu a interpretação de normas relacionadas à proteção de dados, regulamentação de ferramentas como a inteligência artificial e o uso de sistemas automatizados no processo judicial. A pesquisa também comparou diferentes contextos legais, destacando como distintos países enfrentam os desafios impostos pela transformação digital, e como essas mudanças influenciam a atuação dos profissionais do Direito, desde a formação até a prática cotidiana.

Resultados e Discussão

A análise demonstrou que o Direito ainda encontra dificuldades em acompanhar a velocidade da inovação

tecnológica. Observou-se um vácuo normativo em diversas áreas, como no uso da IA em julgamentos, que levanta questões éticas e jurídicas. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um avanço, mas sua aplicação ainda carece de uniformidade. Verificou-se também que muitos profissionais do Direito não estão preparados para lidar com as novas demandas digitais. O uso de tecnologias pode otimizar processos, mas exige um marco regulatório claro e a capacitação contínua dos operadores jurídicos para evitar abusos e garantir direitos fundamentais.

Conclusão

Conclui-se que as novas tecnologias impõem desafios significativos ao Direito, demandando uma adaptação urgente das normas jurídicas. É essencial que a legislação evolua de maneira ágil e bem fundamentada, acompanhando o ritmo da inovação digital. A implementação dessas tecnologias deve ser feita com responsabilidade ética, garantindo a proteção dos direitos fundamentais e a segurança jurídica, para que o Direito continue a cumprir seu papel em um cenário em constante transformação.

Referências

CASTRO, Lucas. Direito Digital e Tecnologia. São Paulo: Atlas, 2022.
DONEDA, Danilo. Proteção de Dados Pessoais: A função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 mai. 2025.